GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada

(CNPJ 37.112.720/0001-59)

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:
Cotistas e Administradora do
GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada** ("**Fundo**"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo e sua Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização dos investimentos em participações societárias

Conforme apresentado na demonstração da posição financeira, os investimentos do Fundo são compostos substancialmente por participações societárias, as quais são avaliadas e registradas conforme práticas descritas na nota explicativa nº 3.d.

Para determinação do valor justo, a Administração do Fundo utilizou avaliação elaborada pela gestora do Fundo conforme descrito na nota explicativa nº 5.1.b, a qual utilizou um método de avaliação para cada investimento, conforme descrito na referida nota explicativa.

Considerando a relevância dos investimentos em participações societárias em relação ao patrimônio líquido do Fundo, seus efeitos sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, bem como a complexidade existente inerente ao processo de mensuração do valor justo, em decorrência do uso de premissas e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização, consideramos este assunto como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliarem na: (i) revisão da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do valor justo, incluindo a razoabilidade das premissas utilizadas; (ii) verificação da exatidão dos dados utilizados nas metodologias aplicadas; e (iii) análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas. Ainda, realizamos o confronto da carteira de investimento com os documentos societários das investidas, bem como a avaliação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos investimentos em participações societárias, que estão consistentes com a avaliação da Administradora, consideramos que os critérios e premissas adotados são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de maio de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Anderson Marques Yoshimura
Contador CRC 1SP-293.997/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

GP INOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 37.112.720/0001-59
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
CNPJ: 18.313.996/0001-50

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

				2025			2024	
Aplicações / Especificação	**Nota explicativa**	**Espécie / forma**	**Quantidade**	**Valor**	**% sobre o patrimônio líquido**	**Quantidade**	**Valor**	**% sobre o patrimônio líquido**
Caixa e equivalente de caixa	**4**			**183**	**0,18**		**396**	**0,27**
Disponibilidades				**-**	**-**		**-**	**-**
Depósitos bancários (*)				-	-		-	-
Cotas de fundos de investimento financeiro				**183**	**0,18**		**396**	**0,27**
Daycoval Títulos Públicos VI F.I.R.F.		Cotas	108.640	183	0,18	-	-	-
Itaú Soberano R.F. Simples F.I.C. F.I.		Cotas	-	-	-	5.537	396	0,27
Instrumentos financeiros	**5**			**101.536**	**99,83**		**145.199**	**99,75**
Ações de companhias fechadas - sem cotação em bolsa				**101.536**	**99,83**		**145.199**	**99,75**
CERC Central de Recebíveis S.A.		Ações	208.709	48.917	48,10	208.709	50.265	34,53
2TM Participações S.A		Ações	398.856	52.619	51,74	398.856	94.934	65,22
Outros valores e bens				**10**	**0,01**		**-**	**-**
Despesas antecipadas				**3**	**0,00**		**-**	**-**
Despesas diversas				3	0,00		-	-
Outros valores a receber				**7**	**0,01**		**-**	**-**
Valores a receber				7	0,01		-	-
Total do ativo				**101.729**	**100,02**		**145.595**	**100,02**
Outras obrigações								
Outras obrigações				**22**	**0,02**		**36**	**0,02**
Valores a pagar à sociedade custodiante (*)				3	0,00		24	0,02
Valores a pagar à sociedade administradora (*)				13	0,01		12	0,01
Auditoria externa				6	0,01		-	-
Total do passivo				**22**	**0,02**		**36**	**0,02**
Patrimônio Líquido				**101.707**	**100,00**		**145.559**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio Líquido				**101.729**	**100,02**		**145.595**	**100,02**

(*) Operações realizadas com partes relacionadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GP INOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 37.112.720/0001-59
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
CNPJ: 18.313.996/0001-50

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por cota)

Composição do resultado do exercício	Nota	2025	2024
Resultado		**(43.611)**	**48.757**
Resultados com instrumentos financeiros		**(43.611)**	**48.757**
Resultado com investimento em ações de companhias fechadas - valor justo	**5**	(43.663)	48.705
Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro - renda fixa		52	52
Encargos	**8**	**(241)**	**(294)**
Despesas de serviços técnicos especializados		**(13)**	**(148)**
Despesa de Auditoria		(13)	(148)
Despesas da Administração	**15**	**(181)**	**(117)**
Despesa de controladoria		(30)	-
Remuneração da administração		(151)	(117)
Despesas do sistema financeiro		**(22)**	**(20)**
Despesas do sistema financeiro		(1)	-
Taxa de fiscalização CVM		(21)	(20)
Despesas diversas		**(25)**	**(9)**
Taxa ANBIMA		(3)	-
Outras despesas operacionais		(22)	(9)
Resultado líquido do exercício		**(43.852)**	**48.463**
Quantidade de cotas	**9**	*66.000*	*66.000*
Lucro/prejuízo por cota - valor em R$		*(664,42)*	*734,29*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GP INOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 37.112.720/0001-59
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
CNPJ: 18.313.996/0001-50

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	**(43.852)**	**48.463**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(43.852)**	**48.463**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GP INOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 37.112.720/0001-59
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
CNPJ: 18.313.996/0001-50

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Amortização de cotas	Resultados acumulados	Patrimônio líquido total
Em 31 de dezembro de 2023	**66.000**	**(49.751)**	**80.847**	**97.096**
Resultado líquido no exercício	-	-	48.463	**48.463**
Em 31 de dezembro de 2024	**66.000**	**(49.751)**	**129.310**	**145.559**
Resultado líquido no exercício	-	-	(43.852)	**(43.852)**
Em 31 de dezembro de 2025	**66.000**	**(49.751)**	**85.458**	**101.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GP INOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 37.112.720/0001-59
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
CNPJ: 18.313.996/0001-50

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+) Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro - renda fixa		52	52
(-) Pagamento de despesas diversas		(1)	(10)
(-) Pagamento de serviços de auditoria externa		(28)	(123)
(-) Pagamento de taxa Anbima		(4)	-
(-) Pagamento de remuneração da administração		(170)	(124)
(-) Pagamento de despesa de controladoria		(42)	-
(-) Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(20)	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(213)**	**(225)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(213)**	**(225)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		396	621
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4**	183	396
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(213)**	**(225)**
Reconciliação do resultado líquido com o caixa líquido das atividades operacionais			
Resultado líquido dos exercícios		**(43.852)**	**48.463**
Resultado com investimento em ações de companhias fechadas - valor justo	**5**	43.663	(48.705)
Aumento / Redução de outros ativos		(10)	-
Aumento / Redução de outros passivos		(14)	17
Caixa líquido das atividades operacionais		**(213)**	**(225)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Responsabilidade Limitada ("Fundo"), foi constituído em 28 de abril de 2020, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 3 de agosto de 2020. Destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 12º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 30/2021 e alterações posteriores.

A Classe Única de Investimento do FIP GP Inova Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada ("Classe") será regida pelo Anexo ao regulamento da Classe e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial pelo Anexo Normativo IV à Resolução CVM nº 175/22. A Classe foi constituída em regime fechado, e classificada como "fundo de investimento em participações". Possui responsabilidade limitada dos cotistas ao valor por eles subscrito e/ou integralizado e é destinada a investidores qualificados, nos termos do artigo 12º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 30/2021.

A Classe terá o prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados a partir da primeira integralização de cotas, sendo que tal período pode ser estendido mediante aprovação em assembleia geral.

O objetivo preponderante da Classe Única é proporcionar aos seus cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples ou conversíveis, e quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de sociedades anônimas, fechadas ou abertas, títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, ativos emitidos ou negociados no exterior, desde que tais ativos possuam a mesma natureza econômica dos ativos referidos neste artigo, bem como cotas de outros fundos de investimento em participações ou em cotas de fundos de ações mercado de acesso, conforme admitido nas regulamentações aplicáveis.

Fica dispensada a participação da Classe Única no processo decisório da sociedade investida quando: (i) o investimento da classe única na sociedade investida for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da sociedade investida; (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos cotistas reunidos em assembleia especial e aprovação pela maioria das cotas subscritas presentes; ou (iii) quando a classe única investir, no mínimo, 90% (noventa por cento) do patrimônio líquido da Classe Única em cotas alvo de emissão de fundos alvo.

A Administração da Classe, com base na Instrução CVM nº 579/16 e CMN 5.111, avaliou e classificou a Classe como "Entidade de Investimento" e por esse motivo elabora exclusivamente demonstrações contábeis individuais. A classificação foi definida considerando-se os seguintes julgamentos e premissas aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

- A Classe obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas. Quanto a plena discricionariedade, não se caracterizam os casos em que os cotistas deliberem sobre propostas encaminhadas pelo gestor, por meio de comitê de investimento, em relação às decisões inerentes à composição da carteira da Classe;
- A Classe se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;
- A Classe substancialmente é mensurada e avaliada quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e
- A Classe define em seu regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações da Classe não contam com a garantia da Administradora, Gestora, de qualquer empresa pertencente ao conglomerado financeiro, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

A administração da Classe é realizada por TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. ("Administrador") e a gestão da carteira da Classe é realizada por GP Investimentos Ltda. ("Gestor").

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações - FIP e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente pela Instrução CVM nº 579/16 e pela Resolução CVM nº 175/22 e alterações posteriores, e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira da Classe. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Administradora em 30 de abril de 2026.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcionado do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. As informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto os valores das cotas ou quando especificado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.

(i) Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

(ii) Cotas de fundos de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento no Brasil são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado na rubrica “Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro – renda fixa”.

c) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Classe. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

▪ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;
▪ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para redução do seu valor recuperável.

(iv) Mensuração dos ativos financeiros

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

(v) Reconhecimento de variações de valor justo

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado, em contrapartida às suas respectivas contas de origem.

d) Participação em companhias fechadas - ações sem cotação em bolsa

As ações de companhia de capital fechado, sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado são registradas inicialmente pelo seu respectivo valor de aquisição e ajustadas ao menos na data da apresentação das demonstrações contábeis, pelo seu valor justo nos termos da Instrução CVM nº 579/16.

Os ganhos ou perdas decorrentes de avaliação dos ativos, ainda que não realizados financeiramente, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado com investimento em ações de companhia fechada - ajuste ao valor justo".

e) Outros ativos e passivos financeiros

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Classe e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Classe possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

f) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31/12/2025		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades	-	-	-
Cotas de fundo de investimento (*)	1,6825	108.640	183
Total		**108.640**	**183**

	31/12/2024		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades	-	-	-396
Cotas de fundo de investimento (*)	71,5982	5.537	396
Total		**5.537**	**396**

(*) As aplicações e os resgates em cotas de fundos de investimento, não possuem prazo de carência para conversão, sendo liquidadas na mesma data de sua solicitação.

5. Títulos e valores mobiliários

5.1 Ações de companhias de capital fechado e critérios de avaliação a valor justo

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Classe detém participação em ações de companhias de capital fechado, como segue:

	31 de dezembro de 2025		
Ações de companhias fechadas	**Quantidade**	**Valor Justo**	**% Part. Investida**
CERC Central de Recebíveis S.A.	208.709	48.917	2,73%
2TM Participações S.A.	398.856	52.619	2,67%
Total		**101.536**	

	31 de dezembro de 2024		
Ações de companhias fechadas	**Quantidade**	**Valor Justo**	**% Part. Investida**
CERC Central de Recebíveis S.A.	208.709	50.265	2,73%
2TM Participações S.A.	398.856	94.934	2,67%
Total		**145.199**	

Apresentamos abaixo as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e o registro do valor justo das ações de companhias fechadas:

		31 de dezembro de 2025		
Ações de companhias fechadas	**2024**	**Aquisição de Ações**	**Ajuste ao Valor Justo**	**2025**
CERC Central de Recebíveis S.A.	50.265	-	(1.348)	48.917
2TM Participações S.A.	94.934	-	(42.315)	52.619
Total	**145.199**	**-**	**(43.663)**	**101.536**

		31 de dezembro de 2024		
Ações de companhias fechadas	**2023**	**Aquisição de Ações**	**Ajuste ao Valor Justo**	**2024**
CERC Central de Recebíveis S.A.	43.747	-	6.518	50.265
2TM Participações S.A.	52.747	-	42.187	94.934
Total	**96.494**	**-**	**48.705**	**145.199**

a) Descrição da companhia investida

CERC Central de Recebíveis S.A.

A CERC Central de Recebíveis S.A. (“CERC”), uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Avenida Paulista, nº 37, 6º andar, cj. 62, Bela Vista – São Paulo – SP, constituída em 02 de outubro de 2015 e, iniciando suas operações em 15 de fevereiro de 2016.

A companhia é responsável por administrar uma plataforma eletrônica destinada à validação e registro de operações financeiras, direitos creditórios e outros ativos elegíveis, além de ser autorizada pelo Banco Central do Brasil como entidade de infraestrutura financeira. Nessa função, ela serve instituições financeiras e demais organizações autorizadas pelo Banco Central, garantindo o registro e a conformidade dessas operações.

A companhia desenvolve e licencia sistemas informatizados, oferece serviços de processamento de dados e suporte técnico em informática, realiza pesquisa e inovação tecnológica e presta consultoria e assessoria empresarial relacionadas às suas atividades principais. Essas funções abrangem o uso de sistemas próprios ou de terceiros e treinamento especializado para seus clientes.

Em 03 de Agosto de 2020, conforme Acordo de Investimento e Outras Avenças, o Fundo adquiriu da companhia Cerc Central de Recebíveis S.A. 175.246 ações preferenciais classe C nominativas e sem valor nominal, no montante de R$ 15.000.

Em 08 de setembro de 2021 em assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da CERC mediante a emissão de 205.611 ações preferenciais Classe C, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R$ 60.000 sendo 10.000 destinados à conta de capital social e o saldo restante de R$ 50.000 destinado à conta de reserva de capital, passando o capital social, portanto, de R$ 68.109 para R$ 78.109. As ações emitidas em razão do aumento foram totalmente subscritas e integralizadas em 15 de setembro de 2021. O Fundo adquiriu 68.540 ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal pelo montante de R$ 20.000 (vinte milhões de reais).

Em 10 de novembro de 2022, conforme manifestação de interesse de adesão ao programa de recompra, o Fundo vendeu da CERC 65.397 ações preferenciais classe C nominativas e sem valor nominal, no montante de R$ 14.502 e adquiriu 30.320 ações preferenciais classe C, todas nominativas e sem valor nominal pelo montante de R$ 1,00 (um real).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, da CERC Central de Recebíveis S.A., foram emitidas em 24 de março de 2026, sem modificação no parecer do auditor.

2TM Participações S.A.

A 2TM Participações S.A. (“2TM”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, constituída em 02 de outubro de 2015 e, iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2016. A 2TM é uma entidade operacional que possui subsidiárias no Brasil engajadas no sistema de moeda digital, fornecendo infraestrutura e tecnologia financeira para o comércio de criptomoedas.

Em 01 de fevereiro de 2021 foi celebrado um contrato de compra e venda de debêntures conversíveis em ações, conforme Acordo de Investimento e Outras Avenças, o Fundo adquiriu 30.000.000 debêntures conversíveis em ações da Companhia 2TM Participações S.A., pelo montante de R$ 30.000 pago em moeda corrente à vista. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo alienou 16.382.400 debêntures pelo montante de R$ 16.384.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo realizou a conversão integral do saldo das debentures em 431.318 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e vendeu 32.462 ações no montante de R$ 19.492.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da 2TM Participações S.A., não foram emitidas até o momento da emissão das demonstrações contábeis do Fundo em 30 de abril de 2026.

b) Avaliação do valor justo em 31 de dezembro de 2025

CERC Central de Recebíveis S.A.

O valor justo da CERC para o Fundo em 31 de dezembro de 2025 foi determinado com base na metodologia de avaliação empregada pela GP Investments, gestora. Os profissionais envolvidos são graduados em engenharia, economia ou administração e possuem ampla experiência em avaliação de ativos.

O método de avaliação utilizado foi o preço de uma transação realizada em dezembro/2024 com investidores qualificados, que apresentou dois referenciais: um valuation secundário de R$ 1.400.000 e um valuation primário de R$ 2.000.000. A gestora aplicou uma média ponderada entre esses valores (44,1% secundário e 55,9% primário), chegando a R$ 1.735.000, posteriormente ajustados para refletir o valuation pós-money de R$ 1.795.196, considerando a diluição pela entrada de capital primário. Com isso, o valor justo atribuído ao Fundo foi de R$ 48.917, considerando a participação diluída de 2,73%.

2TM Participações S.A.

O valor justo da 2TM para o Fundo em 31 de dezembro de 2025 foi determinado com base na metodologia de avaliação empregada pela GP Investments, gestora. Os profissionais envolvidos são graduados em engenharia, economia ou administração e possuem ampla experiência em avaliação de ativos.

O método de avaliação utilizado foi múltiplo de mercado combinando transações comparáveis e empresas listadas comparáveis. A análise de transações recentes gera um múltiplo mediano de P/Sales de 6,5x, resultando em um valor implícito de cerca de R$ 1.700.000. Já os múltiplos medianos de empresas listadas (2025E–2026E) indicam um P/Sales médio de 7,3x, implicando um valor estimado de aproximadamente R$ 2.300.000. A média simples entre as duas metodologias leva a um FMV de R$ 1.970.842. Com isso, o valor justo atribuído ao Fundo foi de R$ 52.619, considerando a participação de 2,67%.

6. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado à Classe Única a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações (i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial dos Ativos Alvo que integram a Carteira; ou (ii) envolverem opções de compra ou venda de Ativos Alvo das Sociedades Investidas que integram a Carteira com o propósito de: (a) ajustar o preço de aquisição da Sociedade Investida com o consequente aumento diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (b) alienar essas ações no futuro como parte de estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Classe não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Principais fatores de risco

Os investimentos da Classe são, por sua natureza, sujeitos a oscilações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados, e não há nenhuma garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para o cotista.

Os recursos listados na carteira da Classe e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, entre outros:

Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos valores mobiliários ou dos ativos financeiros ou pelas contrapartes das operações da classe única, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira da classe única;

Risco de derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da classe única, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para a classe única, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas à classe única;

Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental: a classe única também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da administradora, tais como a ocorrência, no brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira da classe única e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regastes. Não obstante, a classe única desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo governo federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais da classe única e a consequente distribuição de rendimentos aos cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados da classe única;

Risco de mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da classe única, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira da classe única pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas;

Riscos relacionados às sociedades alvo e aos valores mobiliários de emissão das sociedades alvo: os investimentos da classe única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. A carteira de investimentos estará concentrada em valores mobiliários de emissão das sociedades alvo. Embora a classe única tenha sempre participação no processo decisório das respectivas sociedades alvo, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das sociedades alvo, (ii) solvência das sociedades alvo e (iii) continuidade das atividades das sociedades alvo. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das cotas. Não obstante a diligência e o cuidado da administradora, os pagamentos relativos aos valores mobiliários de emissão das sociedades alvo, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva sociedade alvo, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, a classe única e os seus cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos;

Risco sobre a propriedade das sociedades alvo: apesar de a carteira da classe única ser constituída, predominantemente, pelos valores mobiliários de emissão das sociedades alvo, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre tais valores mobiliários. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os valores mobiliários e outros ativos da carteira de modo não individualizado, no limite deste regulamento e da legislação em vigor, proporcionalmente ao número de cotas que detém na classe única;

Riscos relacionados aos setores de atuação das sociedades alvo: o objetivo da classe única é realizar investimentos em sociedades alvo sujeitas a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem, direta ou indiretamente, influenciar negativamente o valor das cotas;

Riscos relacionados à distribuição de dividendos diretamente aos cotistas: os recursos gerados pela classe única serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de referidos valores mobiliários. Portanto, a capacidade da classe única de amortizar cotas está condicionada ao recebimento pela classe única dos recursos acima citados;

Risco operacional das sociedades alvo: em virtude da participação em sociedades alvo, todos os riscos operacionais das sociedades alvo poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais da classe única impactando negativamente sua rentabilidade. Além disso, a classe única influenciará na definição da política estratégica e na gestão das sociedades alvo;

Risco de investimento em sociedades alvo constituídas e em funcionamento: a classe única poderá investir em sociedades alvo plenamente constituídas e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais companhias: (a) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao fundo de garantia por tempo de serviço - fgts; (c) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, a classe única e, consequentemente os cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

Risco de diluição: a classe única poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que trata das sociedades por ações, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas sociedades alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das sociedades alvo no futuro, a classe única poderá ter sua participação no capital das sociedades alvo diluída;

Risco de concentração da carteira da classe única: a carteira da classe única poderá estar concentrada nos valores mobiliários de emissão de uma única sociedade alvo. Quanto maior a concentração das aplicações da classe única nas sociedades alvo, maior será a vulnerabilidade da classe única em relação ao risco de tal emissora;

Risco de patrimônio negativo: as eventuais perdas patrimoniais da classe única não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais na classe única;

Risco relacionado às corretoras e distribuidoras de valores mobiliários: a classe única poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

Riscos de liquidez dos ativos da classe única: as aplicações da classe única nos valores mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Caso a classe única precise vender os valores mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio da classe única, e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos cotistas;

Risco de liquidez reduzida das cotas: o volume inicial de aplicações na classe única e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas da classe única não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao cotista solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste regulamento;

Risco do mercado secundário: a classe única é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração da classe única, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor;

Risco de restrições à negociação: as cotas da classe única serão distribuídas mediante esforços restritos, nos termos da resolução CVM 160, de modo que somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos o prazo previsto na legislação. Desta forma, caso o investidor precise negociá-las antes desse prazo, ele estará impossibilitado de fazê-lo. Ainda, determinados ativos componentes da carteira da classe única, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores, especialmente o banco central do brasil. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas;

Prazo para resgate das cotas: ressalvada a amortização de cotas da classe única, pelo fato de a classe única ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo de duração da classe única, ocasião em que todos os cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto neste regulamento. Tal característica da classe única poderá limitar o interesse de outros investidores pelas cotas da classe única, reduzindo sua liquidez no mercado secundário;

Risco de amortização em ativos: em caso de iliquidez dos valores mobiliários e/ou outros ativos da classe única, as cotas da classe única, por orientação do comitê de investimentos, poderão ser amortizadas mediante entrega de valores mobiliários e/ou outros ativos aos cotistas, proporcionalmente. Nesse caso, os cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira da classe única: este regulamento estabelece que, ao final do prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada, a classe única poderá efetuar o resgate das cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na carteira da classe única. Nesse caso, os cotistas poderão receber valores mobiliários e/ou outros ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas cotas, nas respectivas proporções de participação na classe única, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

Risco relacionado ao desempenho passado: ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da classe única que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que a administradora e/ou gestora tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pela classe única e/ou pelas sociedades alvo. Ainda, não há qualquer garantia de que a classe única encontrará investimentos compatíveis com sua política de investimento de forma a cumprir com seu objetivo de investimento. Considerando, também, o prazo de duração da classe única, que poderá ser prorrogado, mediante deliberação da assembleia geral em tal sentido, os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, variação nas taxas de juros e índices de inflação e variação cambial;

Inexistência de garantia de rentabilidade: a verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou na própria classe única não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos da classe única em sociedades alvo, caso as mesmas apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas respectivas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para a classe única. Ademais, as aplicações realizadas na classe única não contam com garantia da administradora, da gestora, do custodiante, tampouco de qualquer mecanismo de seguro ou do fundo garantidor de créditos – fgc, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido da classe única e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas;

Riscos de alteração da legislação aplicável à classe única e/ou aos cotistas: a legislação aplicável à classe única, aos cotistas e aos investimentos efetuados pela classe única, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das cotas da classe única, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da classe única;

Risco de não realização de investimento pela classe única: os investimentos da classe única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento em sociedades alvo pode não ser condizente com o esperado pelo cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela classe única estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento da classe única, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos;

Risco cambial: em função de parte da carteira da classe única poder estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação de moedas estrangeiras, as cotas da classe única poderão apresentar variação negativa, com a consequente possibilidade de perda do capital investido.

Inexistência de garantia de eliminação de riscos: a realização de investimentos na classe única sujeita o investidor aos riscos aos quais a classe única e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas na classe única. Embora o administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações da classe única, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a classe única e para os cotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais da classe única não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais na classe única.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Classe é realizado pelo Gestor, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pela Administradora por meio de seus comitês internos.

8. Principais encargos debitados à Classe

Apresentamos a seguir os encargos debitados à Classe para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio de R$145.292 e R$97.172, respectivamente:

Encargos	2025	% sobre o PL médio	2024	% sobre o PL médio
Despesa de Auditoria	13	0,01	148	0,15
Despesa de controladoria	30	0,02	-	-
Remuneração da administração	151	0,10	117	0,12
Despesas do sistema financeiro	1	0,00	-	-
Taxa de fiscalização CVM	21	0,01	20	0,02
Taxa ANBIMA	3	0,00	-	-
Outras despesas operacionais coo	22	0,02	9	0,01
Total	**241**	**0,17**	**294**	**0,30**

9. Classe de cotas da Classe

A Classe Única será constituída por Cotas que corresponderão a frações ideais do Patrimônio Líquido da Classe Única e terão a forma escritural, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Classe possui 66.000,0000 cotas integralizadas (66.000,0000 cotas integralizadas em 2024).

10. Valor patrimonial da cota

O valor patrimonial da cota da Classe em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.541,0132 (R$ 2.205,4750 em 2024).

11. Evolução do valor da cota e rentabilidade

Apresentamos abaixo a rentabilidade, o patrimônio líquido médio e o valor da cota da Classe no exercício.

Data	Patrimônio líquido médio	Valor da cota R$	Rentabilidade da cota %
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	145.292	1.541,0132	(30,13) %
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	97.172	2.205,4750	49,92%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

12. Emissão e amortização de cotas

As cotas da Classe correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido, sendo seu valor determinado com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas emitidas e integralizadas.

- **Emissão**

No âmbito da 1ª (Primeira) emissão de Cotas da Classe Única, serão emitidas e distribuídas, inicialmente, no mínimo 1 (uma) e no máximo 500.000 (quinhentas mil) Cotas, com valor unitário de R$ 1 (mil reais), totalizando uma emissão de até R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais).

No âmbito da 1ª Emissão de Cotas, as Cotas foram objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2019. Na hipótese de novas emissões, as Cotas serão objeto de oferta pública, nos termos da Resolução CVM 160.

Poderão ocorrer emissões de novas cotas por decisão de Assembleia Especial e conforme características, respectivas condições para subscrição e integralização aprovadas na Assembleia Especial que deliberar pela nova emissão, observado o disposto na legislação aplicável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve integralização de novas cotas.

- **Inadimplência**

Em caso de inadimplemento das obrigações do investidor ou cotista no âmbito do respectivo Compromisso de Investimento no atendimento à chamada para subscrição e integralização de Cotas, o Cotista ficará constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo IPCA, calculado pro rata die, acrescido de multa diária de 2% (dois por cento) por dia de atraso, observado a multa total máxima de 10% (dez por cento), bem como juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês a partir do segundo mês de atraso, sendo facultado a Administradora utilizar as amortizações a que o Cotista inadimplente fizer jus para compensar os débitos existentes
com o Fundo até o limite de seus débitos, bem como às demais penalidades contratuais estabelecidas no respectivo Compromisso de Investimento.

- **Resgate e amortização de cotas**

Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do Prazo de Duração da Classe Única ou da liquidação antecipada da Classe Única ou do Fundo.

A Administradora poderá realizar amortizações parciais das Cotas, a qualquer tempo, mediante solicitação da Gestora e no melhor interesse do Fundo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de Ativos Alvo. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas integralizadas existentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve amortização de cotas.

13. Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio líquido da Classe com a correspondente variação no valor das cotas, de maneira que todos os seus condôminos participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

14. Serviços de gestão, custódia e tesouraria

a) A Classe é administrada e custodiada pelo TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA., sociedade com sede na Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ sob o nº 18.313.996/0001-50, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 13.239, de 20 de agosto de 2013 (“Administradora”)

b) Os serviços de gestão da carteira da Classe são prestados pela GP Investimentos Ltda., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.300, 2º andar, São Paulo, SP, Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 07.755.775/0001-16, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 8.949, de 06.09.2006 (Gestora).

c) Os serviços de custódia, escrituração de cotas, tesouraria e liquidação da Classe são prestados pelo Banco Daycoval S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1793, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/0001-90 ("Custodiante").

d) As ações das companhias de capital fechado se encontram registradas nos livros das respectivas companhias e as cotas dos fundos de investimento administrados por outros administradores estão custodiadas nas respectivas instituições administradoras.

15. Remuneração da administração, gestão e custodiante

- **Administração e gestão**

A Administradora, pelos serviços de administração da Classe Única fará jus a uma remuneração correspondente a 0,12% (doze centésimos por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido, observado o valor mínimo mensal líquido de R$ 9,753 (nove mil, setecentos e cinquenta e três reais), corrigida anualmente com base no IPCFIPE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do início da prestação de serviços da Administradora.

A taxa de administração é calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa da Classe e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Gestora, pelo serviço de gestão profissional da carteira, não receberá remuneração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa registrada de taxa de administração foi de R$ 151 (R$ 117 em 2024) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da administração" na demonstração do resultado.

- **Taxa de performance**

Não haverá cobrança de Taxa de Performance aos Cotistas da Classe Única.

- **Custodiante**

Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração dos ativos alvo e outros ativos, o custodiante fará jus a remuneração equivalente ao valor mensal líquido de R$ 3,3 (três mil e trezentos reais), corrigida anualmente com base no IPC-FIPE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa registrada de taxa de controladoria foi de R$ 30 (R$ - em 2024) e encontra-se apresentada na rubrica de "Despesa de controladoria" na demonstração do resultado do exercício.

16. Divulgação das informações

As informações obrigatórias relativas à Classe estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

17. Legislação tributação

a) Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotista

Imposto de renda

Conforme disposto no Art. nº 32 da Instrução Normativa RFB 1.585/2015 cumulativamente com a Lei nº 14.754/23, os cotistas de Fundo de Investimento em Participações estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidentes sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Tais normas tributárias não se aplicam a cotistas que se configurem isentos ou imunes do imposto de renda em decorrência de legislações específicas tais como instituições financeiras, conforme artigo nº 859 do Decreto nº 9.580, datado de 22 de novembro de 2018 e entidades fechadas de previdência complementar, conforme artigo 5º da Lei 11.053, datada de 29 de dezembro de 2004.

***Tributação* Periódica ("come-cotas") – Lei 14.754/2023**

A Lei 14.754/2023 excepcionou o FIP da tributação periódica ("come-cotas"), desde que seja enquadrada como entidade de investimento e desde que o fundo cumpra os requisitos de alocação, de enquadramento e de reenquadramento de carteira previstos na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

A Resolução CMN nº 5.111/2023 regulamentou o conceito de "entidade de investimento" para fins de interpretação e aplicação das disposições estabelecidas na Lei nº 14.754/23.

Caberá à Administradora garantir a classificação como entidade de investimento para fins de incidência ou não de come cotas

Igualmente não sofrerá o come-cotas o fundo que invista, direta ou indiretamente, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido em FIP's enquadrados nas características acima.

Os cotistas imunes, os dispensados, e os amparados por norma legal ou medida judicial específica, não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

18. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, registre-se que a Administradora, no exercício auditado, não contratou nem teve quaisquer outros serviços prestados pelo auditor independente do Fundo, relacionados a este Fundo por ela administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis do Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19. Contingências

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício auditado, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração da Classe.

20. Atos Societários

Em Instrumento Particular, realizado em 26 de setembro de 2025, foi aprovada a substituição do prestador de serviços de custódia, escrituração e controladoria para o BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1793, São Paulo – SP, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90, a ser efetivada em até 10 (dez) dias úteis da data do instrumento.

21. Eventos subsequentes

A Administradora da Classe declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Classe ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

* * *

Luiz Alexandre Cadorin
Contador CRC - 1SP243564/O-2

Eduardo Luiz Parisi
Diretor Executivo